



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 1985.

ANO XI

★ PROPOSTA DE EMENDA
CONSTITUCIONAL N.º 52/85

Art. único - Inclua-se ao parágrafo único do artigo 74 da Constituição Estadual a seguinte letra c:

- Art. 74 -
I -
II -
III -

Parágrafo único:

- a)
b)
c) a vinte e cinco anos para a servente, que nesse tempo tenha exercido efetivamente funções de limpeza e/ou preparação de merenda escolar.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

Apoiamento:

Homero Oguido, Edgard Pimentel, Ervin Bonkoski, Nelson Vasconcellos, Amélia Hruschka, José Antônio Fonseca, Tadeu Lúcio Machado, Nelson Buffara, Antônio Annibelli, Anibal Khury, Adhail Sprenger Passos, Péricles Pacheco, Márcio Almeida, Hermas Brandão, Sabino Campos, Odeni Mongruel, Sérgio Spada, Nestor Baptista, Osvaldo Alencar Furtado.

JUSTIFICATIVA:

Através da presente emenda constitucional, pretende-se conferir às zeladoras das escolas públicas pertencentes ao Estado do Paraná, a faculdade de se aposentar aos vinte e cinco anos de serviço. O trabalho desenvolvido pelas serventes é dos mais penosos: limpeza diária das salas de aula e demais dependências das escolas; aplicação periódica de cera nos pisos, o que é feito manualmente, sem ajuda de eletrodomésticos; limpeza periódica de pisos e paredes, também manualmente; preparo diário de merenda escolar, permanecendo horas seguidas em torno de fogões, alguns até improvisados.

O desgaste físico sofrido pelas serventes é tão acentuado que se multiplicam os casos de doenças da coluna que mantêm muitas delas afastadas do trabalho por diversas semanas.

Percorrer as escolas do interior do Paraná implica em conhecer um quadro assustador: mulheres quase inválidas arrastando-se para encerrar, lustrar e lavar pisos de salas de aula. O índice de serventes doentes aumenta e é comum numa escola onde são necessárias cinco ou seis serventes, encontrarmos apenas três trabalhando: umas estão doentes, outras gozam férias e, não raro, outras aguardam aposentadoria.

Assim, é justo que se confira à essas abnegadas trabalhadoras o direito de, após 25 anos de efetivo exercício de tão penosa função, aposentarem-se.